



destaques do mês

Governo quer apressar plano de banda larga

O governo quer concluir até maio as negociações para solucionar os gargalos para colocar em prática o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e cumprir a meta de levar internet rápida por preços populares para 1.163 municípios até o fim de 2011. Uma das medidas em análise é a proposta de inclusão do cartão do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vinculado ao PNBL no Fundo Garantidor de Investimentos (FGI). Essa medida poderia solucionar a falta de garantias dos pequenos provedores para acesso a linhas de crédito do BNDES. Os provedores apresentaram outros entraves para ofertar banda larga com velocidade de 512 Kbps por até R\$ 35, que é a meta do governo para massificar o acesso no País. O preço médio de R\$ 60 do mercado, os altos impostos, a falta de crédito e a burocracia para conseguir linhas de financiamento foram apontados como as principais dificuldades dos pequenos provedores em aderir ao PNBL. (12.01.2011 – Estado de São Paulo)

DNIT vai restaurar pontes e viadutos em rodovias federais

A Diretoria Colegiada do DNIT aprovou na última semana de 2010 o Proarte, Programa de Reabilitação de Obras de Arte Especiais, que tem como meta restaurar 2.500 pontes em todo o País num prazo de quatro anos. As obras vão contar com investimento de quase R\$ 6 bilhões e podem ter financiamento do Banco Mundial. O objetivo é atender, imediatamente, as diversas necessidades de intervenção nas Obras de Arte Especiais (OAEs), construções em vias de transporte como pontes, viadutos e túneis, que integram a malha rodoviária federal. Para isso, o DNIT definiu as ações para recuperação, reforço e alargamento das OAEs, por meio de um diagnóstico de campo. Hoje, o DNIT tem sob sua responsabilidade mais de 4.300 pontes, viadutos e pontilhões. Colocadas alinhadas, essas OAEs somariam uma extensão total de 264 km. De acordo com o cronograma, as obras devem começar em maio de 2011 em 10% das pontes, viadutos e pontilhões que têm necessidade mais urgente de melhorias. (05.01.2011 – DNIT)

painel

■ Ibama libera licença de Belo Monte

O Ibama concedeu no dia 26/01 a licença de instalação que permite a construção dos primeiros canteiros e acampamentos para as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. A autorização permite ainda que o consórcio vencedor Norte Energia realize outras atividades, como implantar estradas de acesso e áreas para estoque de solo e madeira, além de fazer terraplenagem. A licença vale para os sítios Belo Monte e Pimental (26.01.2011 – Istoé)

■ Aneel prevê licitação de Projetos de linhas de transmissão

A Aneel prevê licitar pelo menos nove linhas de transmissão e nove subestações no primeiro semestre de 2011, chegando a um total de 920 km de extensão. Os empreendimentos, localizados em oito estados, estão inclusos no Plano de Ampliações e Reforços do ONS e no Programa de Expansão da Transmissão, da EPE. Mais informações no site: www.aneel.gov.br

Adiamento do leilão para abril e inclusão dos correios acirram a disputa por TAV

A pouco mais de dois meses da entrega das propostas para o TAV, as construtoras têm demonstrado grande interesse no projeto estimado em R\$ 33 bilhões, realizando estudos de viabilidade e intermediações com possíveis parceiros nacionais e estrangeiros. O grupo de 16 companhias liderado pela Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop), por exemplo, está em contato, intermediado pelo embaixador chinês, com o grupo de infraestrutura chinês CCCC (China Communications Construction Company), dona de uma empresa que participa de consórcios no Brasil na dragagem dos portos. Apesar de não ser garantida a participação dessas novas construtoras, o adiamento do leilão permitiu o reconhecimento dos principais problemas no projeto original e a elaboração de novos orçamentos para a obra. O único grupo a confirmar a participação no leilão para o TAV, na data original, foi o consórcio coreano que já tem todos os estudos e estratégias prontas. O governo decidiu incluir os Correios como sócio de um dos consórcios interessados que disputarão a licitação. A medida visa tornar o empreendimento mais atraente em bilhões de reais já que a entrega de correspondências e mercadorias no trecho Rio-São Paulo representou 50% do faturamento da estatal, de R\$ 13 bilhões em 2010. Para incluir os Correios, é preciso haver uma alteração no edital, o que pode adiar novamente o leilão previsto para abril. (03.02.2011 – Folha e Estado de São Paulo)

■ Consultas Públicas: ANTT

A ANTT prorrogou para o dia 2 as consultas públicas 001, 002 e 003 referente ao marco regulatório do transporte ferroviário. Mais informações no site:

www.antt.gov.br

Brasileiro reprova transporte público, segundo Ipea

O Ipea divulgou estudo sobre o Sistema de Indicadores de Percepção Social: Mobilidade urbana. De acordo com o sistema, 67% dos brasileiros lidam com congestionamentos diariamente, sendo os moradores da Região Norte os que mais sofrem com engarrafamentos (76%). Sudeste e Sul também superam a média nacional, com 69% e 67% respectivamente. O serviço de transporte público é usado por 44% da população brasileira e é avaliado como regular, ruim ou muito ruim por 70% dos usuários. Apesar de o transporte coletivo ser o principal meio de mobilidade, a maioria da população conta apenas com a interligação ônibus-ônibus (33%). Só 6% dos brasileiros podem combinar ônibus-trem ou ônibus-metrô. A baixa qualidade do sistema público, aliada à melhora de renda da população, resultou no crescimento da frota de veículos particulares que, entre 2000 e 2010, teve um aumento de 84%, passando de 20 milhões para 36,7 milhões. Se, em 2000, a proporção era de um carro para cada 8,5 pessoas, hoje é de um para 5,2 pessoas. Já a frota de motocicletas, veículo mais barato, cresceu 284% nos últimos dez anos. Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) mostram que nesta década as despesas do orçamento familiar com transportes se igualaram aos gastos com alimentação, ambos consumindo 20% das despesas em 2010. Em 2000, a alimentação correspondia a 21% e transporte a 19% dos gastos. A explicação é a compra de veículos. (25.01.11 – O Globo)

Usinas nucleares do NE devem ser instaladas no São Francisco

O rio São Francisco surge como provável localização para instalação de uma central com duas usinas nucleares na região Nordeste, de acordo com o Ministério de Minas e Energia. O governo acelerou o ritmo dos estudos sobre as localidades que poderão receber as próximas quatro usinas nucleares que serão construídas no País. A previsão inicial da Eletronuclear era entregar o relatório com as potenciais cidades até junho, mas o estudo feito em parceria com a Coppe-UFRJ pode ser apresentado já em março. No Nordeste já há uma lista com algo entre 15 e 20 sítios selecionados. Outra central com duas usinas será instalada na Região Sudeste. (04.02.2011 – Valor Econômico)

Falta energia para a Refinaria Abreu e Lima

Com orçamento bilionário de US\$ 13 bilhões, a Refinaria Abreu e Lima que está sendo construída pela Petrobras, em Pernambuco, carrega parte do custo Brasil em seu investimento. Um exemplo disso é a falta de suprimento de energia elétrica para o empreendimento. Paulo Roberto Costa, diretor da área de abastecimento e refino da Petrobras, informa que a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), empresa do grupo Neoenergia não poderá fornecer os 230 MW que a instalação de refino precisará para funcionar. Sem garantia de suprimento da distribuidora estatal, a Petrobras incluiu no projeto uma unidade de co-geração a partir do coque de petróleo para garantir a eletricidade. Com isso, a refinaria poderá funcionar diariamente sem interrupção. O diretor não informa quanto do orçamento será gasto em obras de infraestrutura mas adianta que somente a casa de força vai custar R\$ 980 milhões. (04.02.2011 – Valor)

Leilões de 2010 deixam saldo positivo para o setor

Os leilões de energia nova realizados em 2010 trouxeram resultados positivos. Ao todo, foram negociados 5.247 MW médios. Esse foi o 2º maior volume leilado desde 2005, quando tiveram início os leilões de energia nova sob as atuais regras. Além disso, 1.180 MW médios poderão ser direcionados para o atendimento do mercado livre. (05.01.2011 – Folha de São Paulo)

Acesso a banda larga cresceu 71% em 2010

Os serviços de banda larga no Brasil atingiram a marca de 34,2 milhões de acessos fixos e móveis em 2010, o que representou um aumento de 71% na base de clientes das prestadoras privadas. Os dados foram divulgados pela Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil). Em 2010, foram ativadas 14,2 milhões de novas conexões, o que significa que a cada minuto 27 novos usuários passaram a ter acesso à internet rápida no Brasil. O levantamento da Telebrasil leva em conta os acessos em banda larga fixa, modems de conexão à internet móvel e terminais de terceira geração (3G), como os smartphones. Neste último segmento, o crescimento chegou a 257% no ano, passando de 4 milhões em dezembro de 2009

para 14,6 milhões no fim de 2010. Ainda de acordo com o estudo, a banda larga fixa cresceu 20% no mesmo período, de 11,4 milhões para 13,6 milhões. (02.01.2010 – Agência Brasil)

BNDES ProCopa Arenas já aprovou seis projetos

O programa BNDES ProCopa Arenas, instituído em janeiro de 2010 e que segue vigente até dezembro deste ano, aprovou os seis pedidos de financiamento dos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Pernambuco. Os projetos do Rio de Janeiro e Pernambuco ainda estão em vias de contratação, última etapa a partir da qual pode ter início o cronograma de desembolsos, e somam recursos aprovados de R\$ 400 milhões para cada. Os recursos para o Rio serão utilizados na reforma e adequação do estádio do Maracanã, e correspondem a 57% do investimento total. Para Pernambuco, o montante será destinado para a construção do estádio na cidade de São Lourenço da Mata, região metropolitana do Recife, e corresponde a 75% do investimento total, conforme limite estabelecido pelo programa. O restante do dinheiro deve ser aplicado pelo consórcio privado vencedor de cada licitação. (27.01.2011 –BNDES)

Anac define nova regra para taxas de aeroportos

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) divulgou os novos valores máximos das tarifas aeroportuárias que começarão a valer a partir de 14 de março. Os valores das taxas de embarque pouco mudaram em relação aos atuais, mas poderão ser acrescidos de 20% ou reduzidos em até 100% de acordo com decisão do administrador de cada aeroporto. A cobrança da sobretaxa de até 20% terá que ser compensada com descontos em outros horários para evitar que a arrecadação de taxas aeroportuárias ultrapasse o teto que será estabelecido individualmente pela Anac. Essas mudanças no valor podem ser realizadas a qualquer hora do dia, mas devem ser avisadas com antecedência mínima de 30 dias pelo operador do aeroporto. Para o passageiro, valerá a tarifa paga no momento da compra de passagem. Se a tarifa for alterada, o passageiro não será onerado. Os aeroportos foram divididos em quatro categorias, de acordo com a sua estrutura física. A categoria 1 engloba os maiores e mais movimentados aeroportos, onde são cobradas as mais altas taxas de embarque. As categorias 2, 3 e 4 dizem respeito aos aeroportos de menor porte. O reajuste médio aplicado para voos nacionais foi de 10%. O próximo reajuste das tarifas será feito em 2013 com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Porém, cada aeroporto só poderá aplicar o valor integral do IPCA caso cumpra as metas de produtividade estabelecidas pela Anac. (01.02.2011 – Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2014

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2010	2011	2012	2013	2014	Σ
Conservador	214	1.681	3.750	2.208	505	8.357
Otimista	214	1.681	3.750	2.208	589	8.441

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2010	2011	2012	2013	2014	Σ
Conservador	860	3.230	150	360	0	4.600
Otimista	860	4.205	1.058	5.663	0	11.785

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2010	2011	2012	2013	2014	Σ
Conservador	626	1.382	675	0	25	2.708
Otimista	704	2.467	2.912	631	133	6.848

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2010	2011	2012	2013	2014	Σ
Conservador	1.699	6.293	4.575	2.568	530	15.665
Otimista	1.778	8.353	7.719	8.502	722	27.074

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

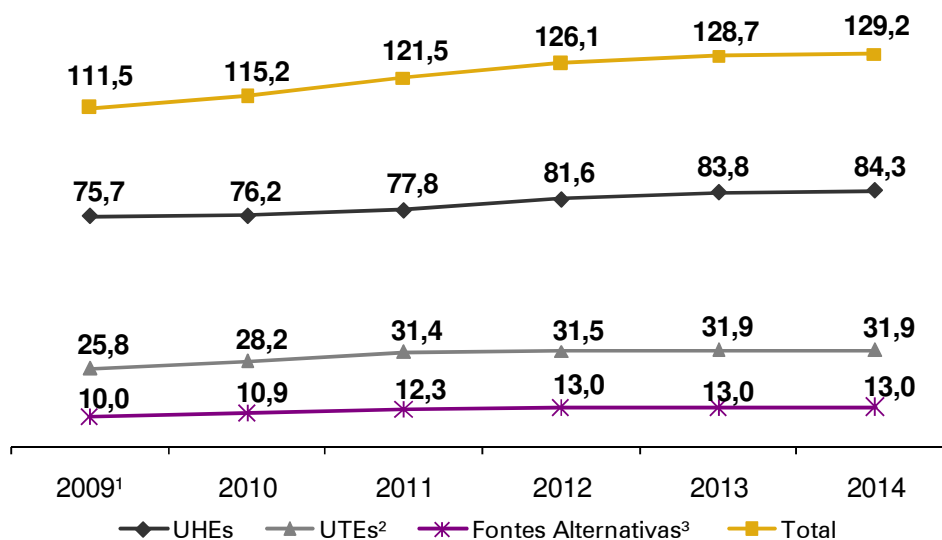
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, um aumento de 2,5% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2014.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 27 mil MW no período 2010-2014. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,3% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

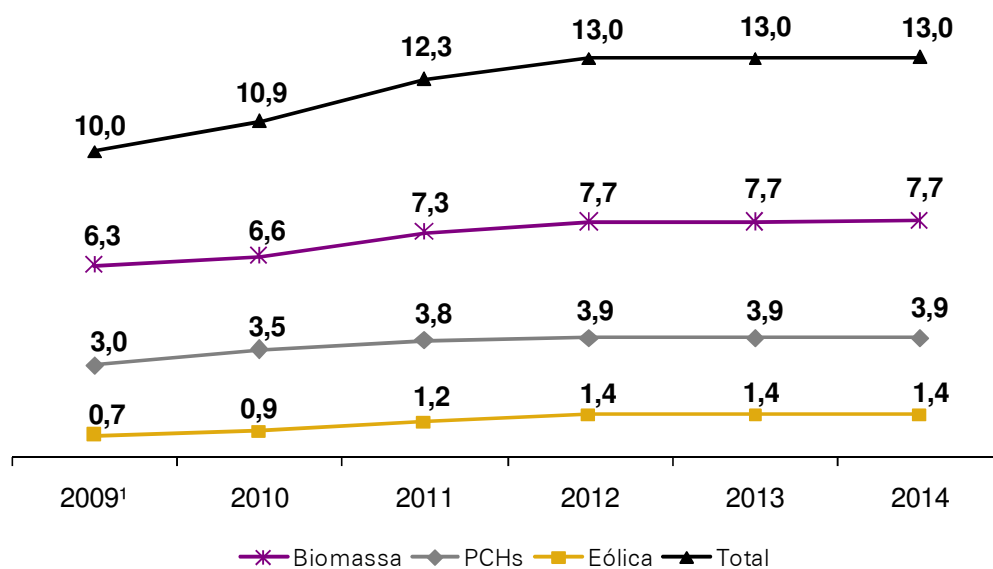
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2009.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2009.

Entre 2010 e 2014, no cenário conservador, estima-se um crescimento de 11% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento das usinas térmicas (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 24% no mesmo período.

Em 2009, as UHEs representavam 68% da capacidade total instalada, em 2014 deverão representar 65%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 23% para 25%.

A participação das usinas térmicas à biomassa e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), deve passar de, respectivamente, 5,6% e 2,7% para 6% e 3% em 2014.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2014, deve ser de 1,1%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2010, continua inferior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 3,3% e 7,6%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2014, apenas a usina Ferreira Gomes (AP) apresenta restrições para a contratação de 84 MW em 2014. Ou seja, o andamento dos projetos das demais UHEs está dentro do calendário previsto pela Aneel. No horizonte de tempo considerado, 8,4 mil MW devem entrar em operação.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2012 (1.950 MW). A UHE de Santo Antônio também não apresenta restrições e, de acordo com o Relatório da Aneel, a entrada em operação foi antecipada para 2011, com 70 MW.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade instalada prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 11,8 mil MW até 2014, apenas 5 mil MW (40%) destas não apresentam restrição ao andamento dos projetos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas (F.A.)

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 803 MW de potência adicional até 2012, sem outros empreendimentos previstos para os anos de 2013 e 2014. Desse total, 160 MW (20%) correspondem à potência de 10 usinas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Já no cenário otimista, até 2013, devem entrar em operação 1,5 mil MW, sendo 182 MW (12%) equivalentes às usinas do PROINFA.

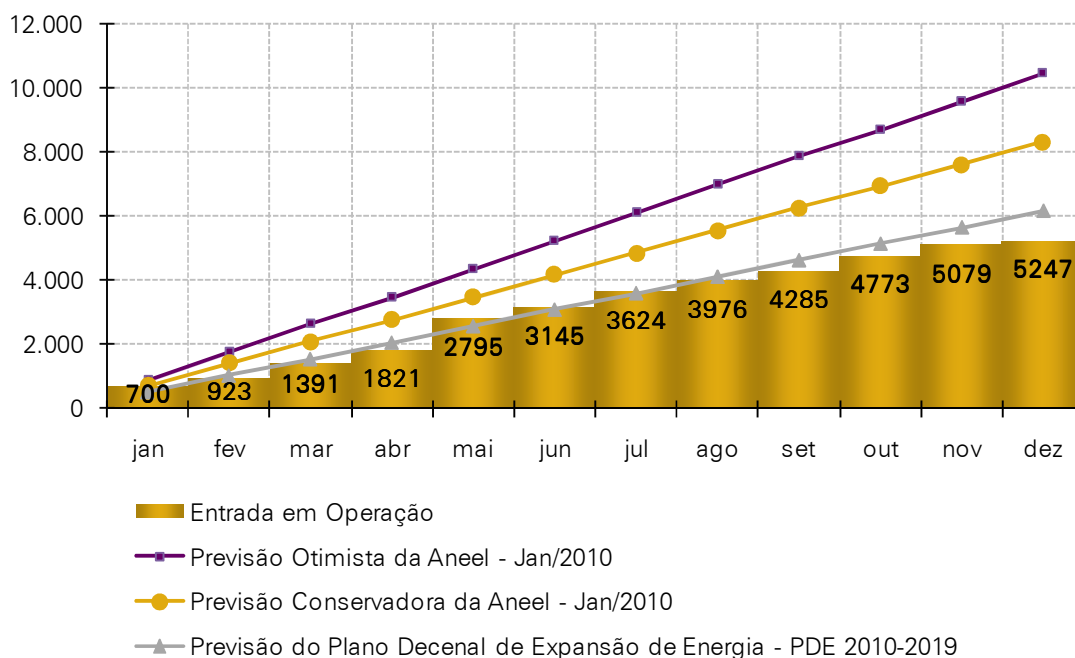
As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,3 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2,7 mil MW no mesmo período. As 6 usinas à biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas, devem acrescentar 594 MW até 2012, sendo 356 MW (60%) referentes à usinas pertencentes ao PROINFA . Na previsão otimista para o período de 2010 a 2014, espera-se um incremento de 2,6 mil MW. Destas, 592 MW (20%) são integrantes do PROINFA.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada constante de capacidade geradora em operação para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2010 (MW)

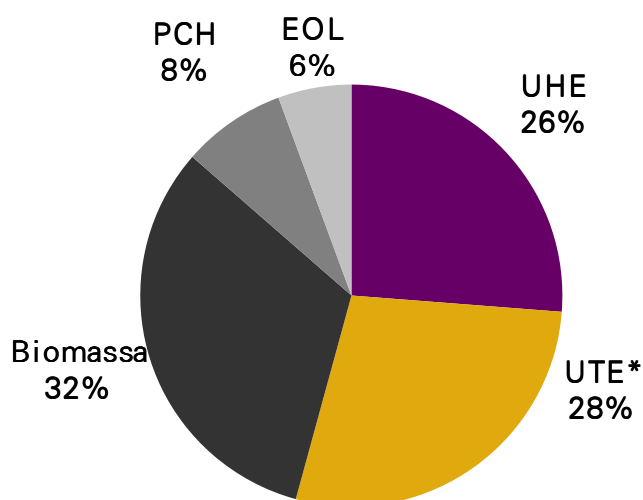


Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2010, até 15 de dezembro, entraram em operação 5.247 MW. Potência 907 MW inferior à previsão mais próxima (Plano Nacional de Expansão de Energia – PDE 2010-2019) a ser atingida.

Da potência total instalada até 15 de dezembro de 2010, as termoeletricas à biomassa (32%) e UTEs (28%) foram as que apresentaram a maior contribuição. As UHEs representaram 26% da potência total instalada nesse período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (MW) De 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2010



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em novembro de 2010, 35.379 GWh, apresentando crescimento de 4% em relação a novembro de 2009. No acumulado do ano, o crescimento foi de 8%.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Novembro 2009	Novembro 2010	Var. %	Jan-Nov 2009	Jan-Nov 2010	Var. %
Residencial	8.646	8.971	4	91.835	97.878	7
Industrial	14.813	15.726	6	151.174	168.718	12
Comercial	5.782	5.823	1	59.360	62.830	6
Outras	4.837	4.859	0	51.485	53.950	5
Total	34.078	35.379	4	353.854	383.376	8

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Em 2010, até novembro, o consumo pelo setor industrial foi 12% superior ao apresentado no mesmo período de 2009, o dobro do crescimento apresentado pelo consumo comercial. Em comparação ao mesmo período de 2008, o setor industrial consumiu 2% a mais em 2010, o que sinaliza uma recuperação do setor ante os efeitos da crise econômica internacional na indústria.

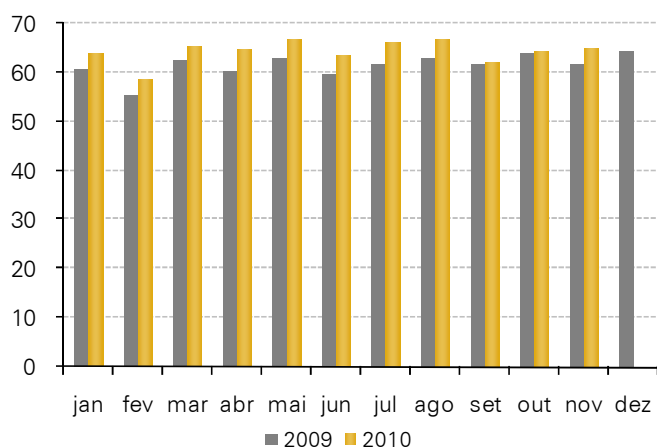
2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de novembro de 2010 foi de 65 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), apresentando aumento de 5% em relação a novembro do ano passado e no acumulado do ano, em comparação ao mesmo período de 2009.

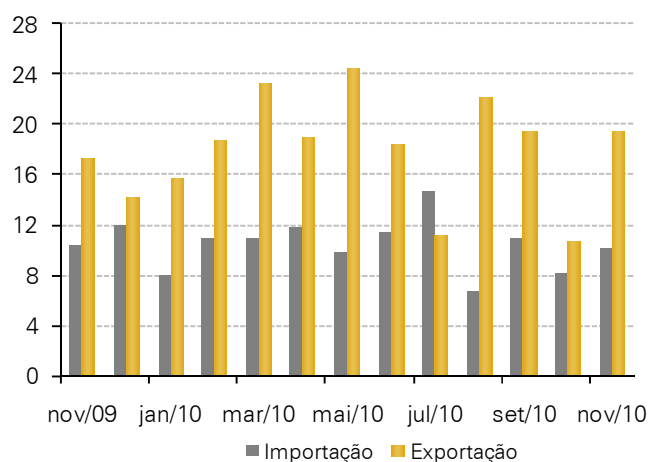
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em novembro de 2010, foi de 59 milhões bep. No acumulado do ano, houve uma redução de 0,4% em relação ao mesmo período de 2009.

**Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)**

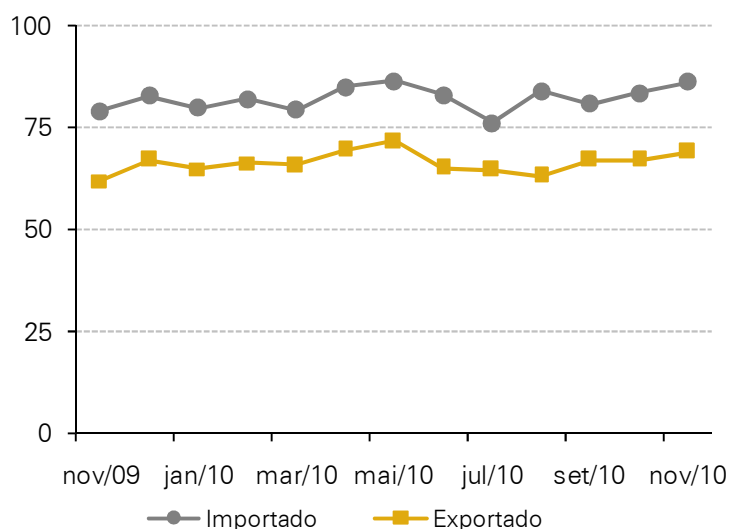


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em novembro de 2010, foi de 19 milhões bep, valor 13% superior ao exportado em novembro de 2009. No acumulado do ano, houve um aumento de 8% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em novembro de 2010, foi de US\$ 85,87/barril, valor 9% superior ao observado em novembro de 2009.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

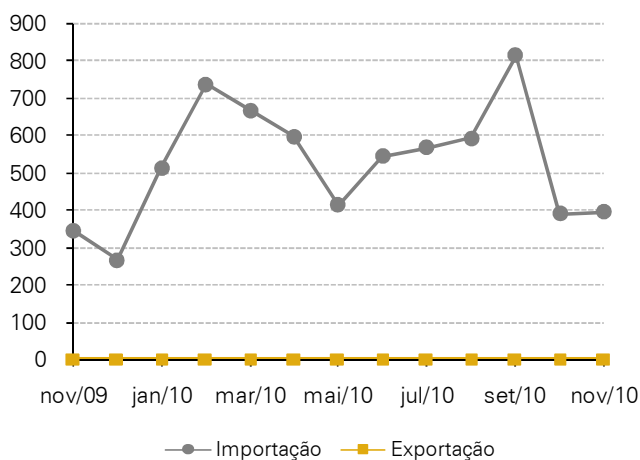


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

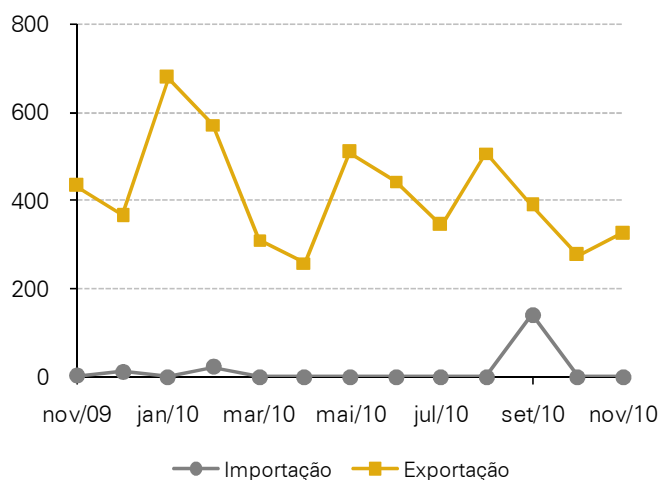
Em novembro de 2010, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 57 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 3,4% superior ao produzido em novembro de 2009. No acumulado do ano, a produção apresentou queda de 0,1% quando comparada ao mesmo período de 2009.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

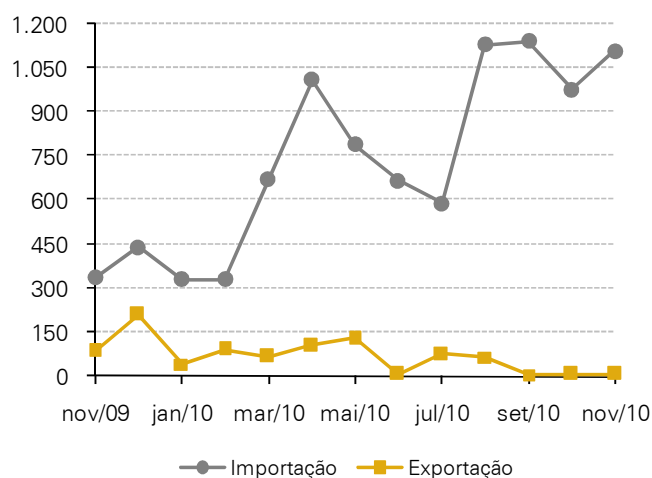


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em novembro de 2010, foi de 14 milhões bep, valor 51% superior ao registrado em novembro do ano passado. Até novembro de 2010, o volume de derivados importado foi 52% superior ao mesmo período de 2009.

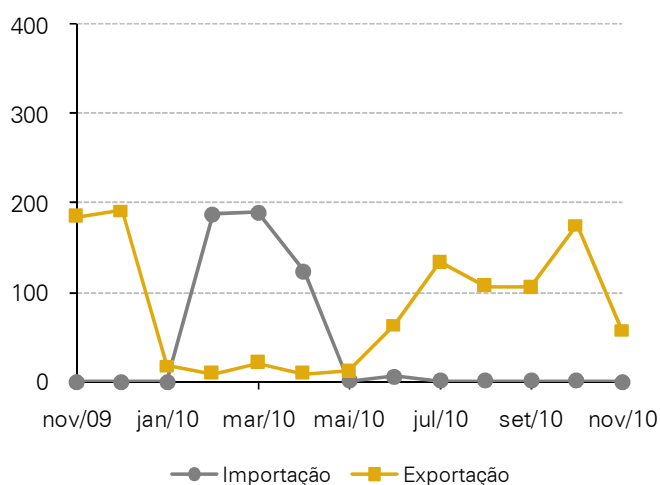
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em novembro de 2010, foi constatado um total de 6 milhões bep, o que representa um volume 8% inferior ao mesmo mês de 2009. No acumulado do ano, esse volume foi 6% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em novembro de 2010, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 2% na balança comercial de petróleo e derivados. Esse resultado deveu-se, principalmente, à importação líquida negativa de petróleo verificada naquele mês (ou seja, exportação superior à importação). No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 3%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	nov/2009	jan-nov 2009	nov/2010	jan-nov/2010
Produção de Petróleo (a)	62	673	65	706
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-7	-57	-9	-88
Imp. Líq. de Derivados (c)	2	20	8	66
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	57	635	63	684
Dependência Externa (e)=(d-a)	-4	-37	-2	-22
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-8	-6	-2	-3

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em novembro de 2010, apresentou saldo negativo de US\$ FOB 253 milhões. Ou seja, o Brasil importou US\$ 253 milhões a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ FOB 256 milhões.

No acumulado do ano, a balança apresentou saldo negativo de US\$ FOB 1.671 milhões.

O preço médio do petróleo importado, em novembro de 2010, foi de US\$ 85,87 enquanto o petróleo exportado teve um preço médio de US\$ 68,75. Os derivados de petróleo, para o mesmo período, foram importados a um preço médio de US\$ 86,96 e exportados a US\$ 79,84.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	nov/09	jan-nov/2009	nov/10	jan-nov/2010
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.064	8.427	1.333	13.478
Dispêndio com importação (b)	823	8.214	875	9.321
Balança Comercial (c)=(a-b)	241	213	458	4.157
Derivados				
Receita com exportação (d)	580	5.322	507	6.360
Dispêndio com importação (e)	565	4.916	1.218	12.188
Balança Comercial (f)=(d-e)	15	405	-711	-5.828
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.644	13.749	1.840	19.838
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.388	13.130	2.093	21.508
Balança Total (i)=(g)-h)	256	619	-253	-1.671

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A diferença entre a dependência externa, em novembro, negativa em 2 milhões de bep, e a balança externa, negativa em US\$ 253 milhões, é explicada pela diferença de preços de importação e exportação. Os valores dos produtos exportados é inferior ao dos produtos importados. Essa diferença faz com que, apesar do superávit em quantidade, ocorra um déficit em valor.

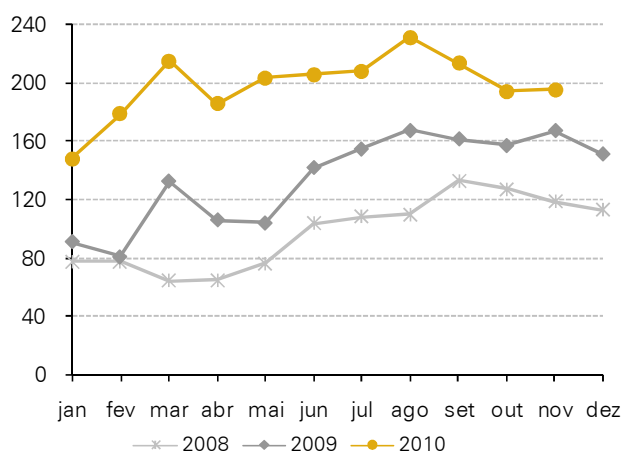
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em novembro de 2010, foi de 195 mil de m³, montante 17% superior ao produzido em novembro de 2009. No acumulado do ano, a produção cresceu 49%, devido a entrada em vigor em 2010 da obrigatoriedade do percentual de mistura de 5% de biodiesel ao diesel comum (B5).

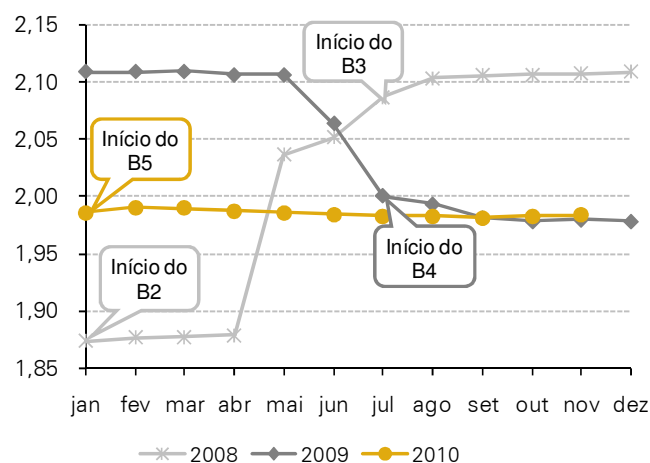
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em novembro de 2010, foi de R\$ 1,98/ ℓ, valor 0,2% superior observado em novembro de 2009.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

Até o fechamento desta edição, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não havia atualizado os dados sobre o acompanhamento da produção sucroalcooleira. Seguem as últimas informações disponíveis.

A safra 2010/2011 produziu, até o dia 1º de outubro de 2011, 20.778 mil m³ de álcool, sendo 15.137 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (73%). Em relação ao mesmo período da safra 2009/2010, houve um aumento de 18%.

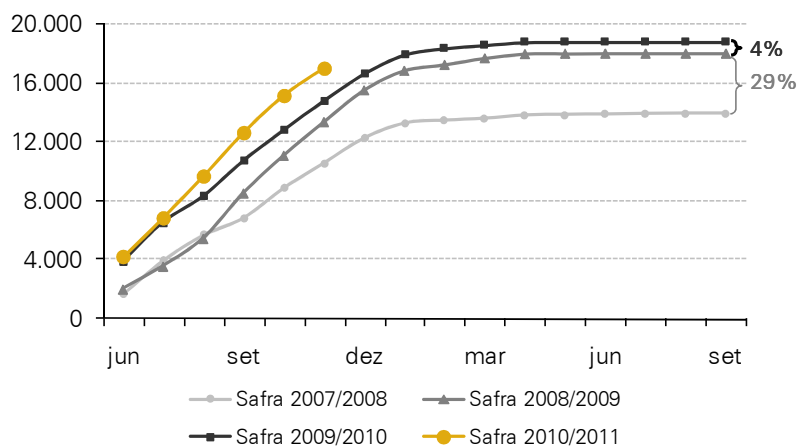
A produção total de álcool foi 23% superior em relação à safra anterior, principalmente, pelo volume significativamente superior (38%) de álcool anidro produzido na safra 2010/2011.

Produção Brasileira de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2009/2010 (até 1º de outubro de 2009)	Safra 2010/2011 (até 1º de outubro de 2010)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	4.090	5.641	38
Álcool Hidratado (mil m ³)	12.818	15.137	18
Total Álcool (mil m³)	16.908	20.778	23
Açúcar (mil ton)	21.295	27.599	30

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção Brasileira de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



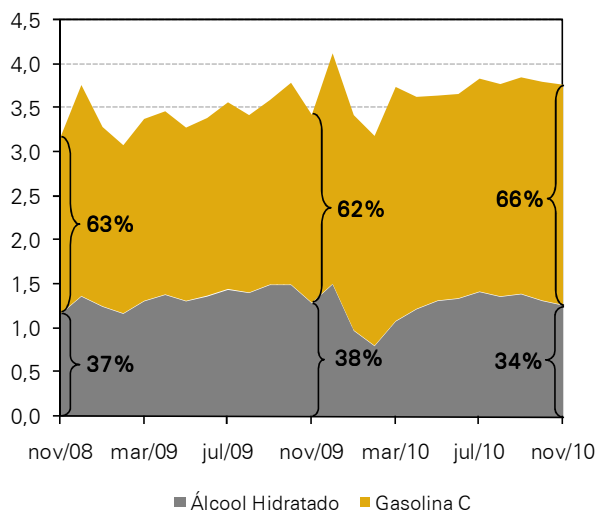
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

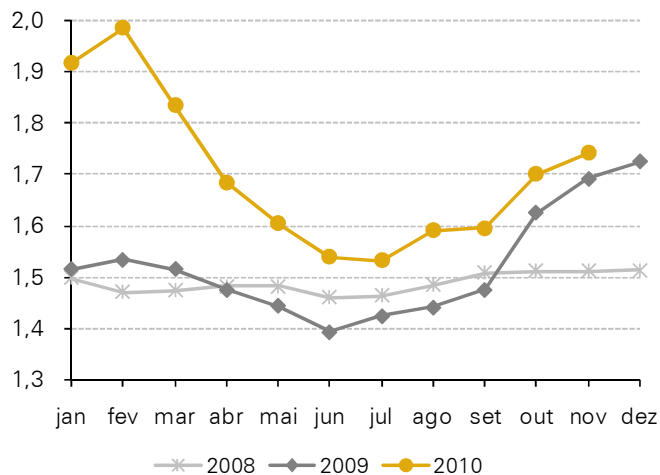
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,3 milhão m³ em novembro de 2010. Esse valor representa queda de 2% em relação a novembro de 2009. No acumulado do ano, as vendas foram 10% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Em novembro de 2010, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,7/ℓ, valor 3% superior ao registrado em novembro de 2009.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



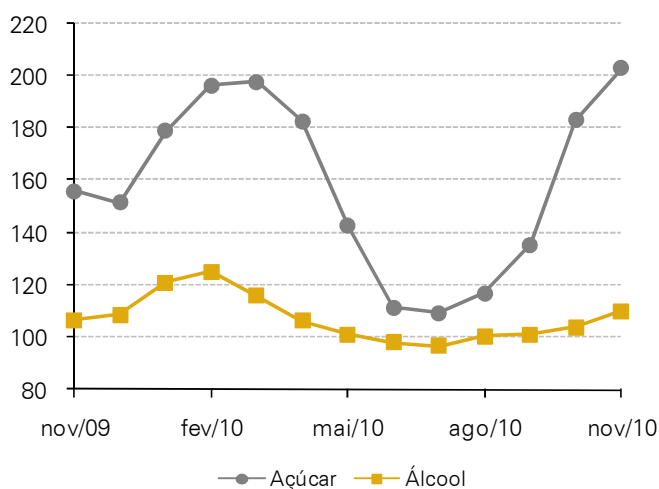
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal do Estado de São Paulo no 1º dia útil de cada mês.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em novembro de 2010, foi de 66.234 mil m³, representando um aumento de 12% comparado à média verificada em novembro de 2009. No acumulado do ano, o acréscimo foi de 8% ao apresentado no mesmo período de 2009.

Considerando a importação de gás natural realizada pelo País em novembro de 2010, equivalente a 43.921 mil m³/dia, a oferta total desse energético, naquele mês, foi de 83.603 mil m³/dia. Este montante é 57% superior ao observado em novembro de 2009. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 33% superior quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 40% em novembro de 2010.

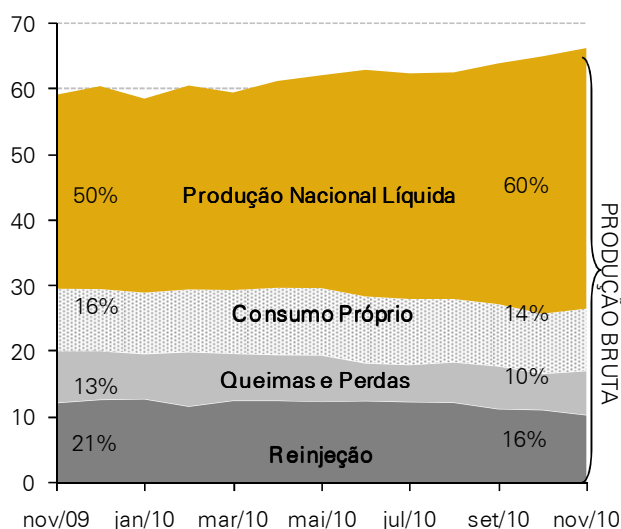
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em nov/2009	Média do período jan-nov 2009	Média em nov/2010	Média do período jan-nov 2010
Produção Nacional¹	59.116	57.684	66.234	62.255
- Reinjeção	12.180	11.854	10.312	11.959
- Queimas e Perdas	7.941	9.556	6.745	6.639
- Consumo Próprio	9.432	8.366	9.494	9.680
= Produção Nac. Líquida	29.562	27.909	39.682	33.976
+ Importação	23.600	23.681	43.921	34.557
= Oferta	53.162	51.590	83.603	68.533

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

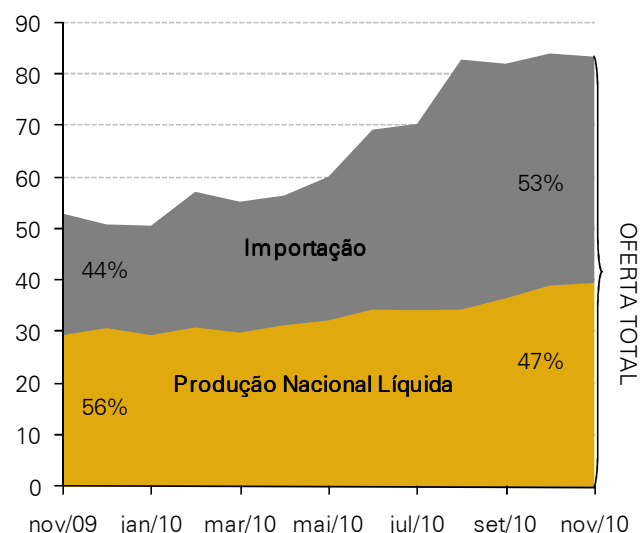
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A oferta interna de gás natural no período de janeiro a novembro ultrapassou níveis anteriores à crise financeira internacional. A média ofertada em 2008 no período foi de 63.694 mil m³/dia. Em 2009, foi de 51.590 mil m³/dia. E em 2010, até novembro, foi de 68.533 mil m³/dia.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O País registrou nível recorde no consumo de gás em novembro, com a média de 62 milhões de m³/dia. Essa média é 65% superior aos 47 milhões de m³/dia consumidos em novembro de 2009. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 34% superior ao apresentado no mesmo período de 2009.

O setor que mais influenciou esse resultado foi o de geração elétrica, que cresceu 1.051% quando comparado a novembro de 2009. O crescimento significativo ocorreu devido à comercialização de gás natural para as térmicas, principalmente no estado do Rio de Janeiro, que foi responsável pelo consumo de 13 milhões de m³/dia de gás natural em novembro.

O setor industrial, em novembro de 2010, consumiu 27 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa um aumento de 11% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria foi responsável por 44% do volume total consumido em novembro de 2010. No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 21% superior em relação ao mesmo período de 2009, sinalizando a recuperação da crise econômica ocorrida no final de 2008.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	nov/10	jan-nov/2010	nov-2010/ nov-2009	Acumulado do ano
Industrial	27.470	26.317	11	21
Automotivo	5.397	5.474	-8	-5
Residencial	806	796	9	6
Comercial	639	626	2	6
Geração Elétrica	23.524	12.188	1.051	149
Co-geração*	2.789	2.878	-9	21
Outros	1.785	1.023	162	60
Total	62.410	46.682	65	34

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

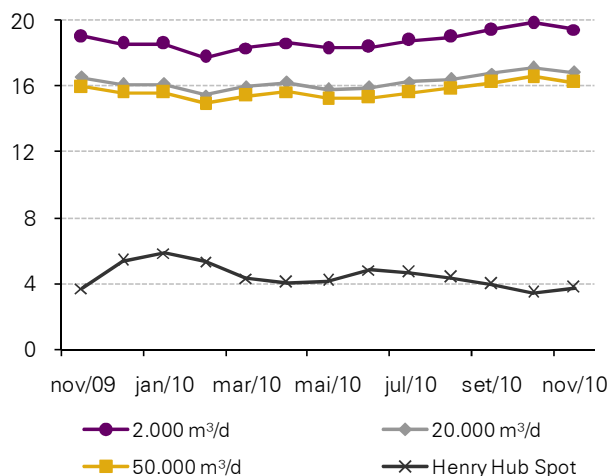
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em novembro de 2010, foi de US\$ 17,51/MMBtu, valor 2% superior ao apresentado em novembro de 2009 (US\$ 17,18/MMBtu) e 34% superior ao apresentado em novembro de 2008 (US\$ 13,1/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em novembro de 2010, o preço médio ponderado do gás natural no mercado *spot* Henry Hub foi de US\$ 3,71/MMBtu, valor 0,7% superior ao apresentado em novembro de 2009 (US\$ 3,68/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

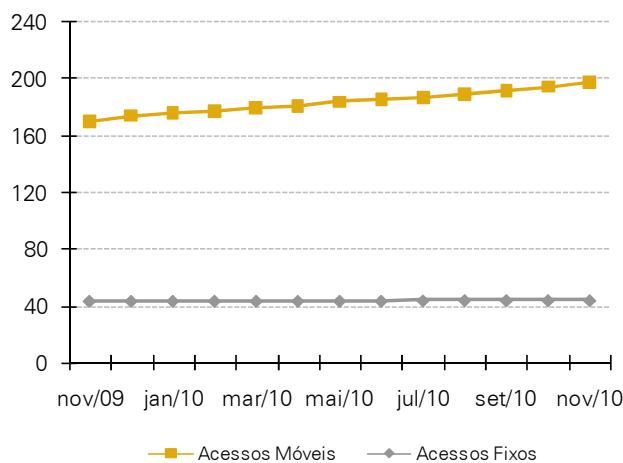
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em novembro de 2010, o número de acessos móveis em operação foi de 198 milhões, montante 16% superior ao mesmo mês do ano anterior. Atualmente, há mais aparelhos celulares em uso do que habitantes no País. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,3% ao mês.

Desde novembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em novembro de 2010, o número de acessos fixos foi de 44 milhões, montante igual ao observado no mês anterior e 1% superior ao averiguado em novembro de 2009.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em novembro de 2010, a movimentação de granel sólido nos portos selecionados (Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Itaqui/MA, S. Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS, Aratu/BA, Suape/PE) teve aumento de 15%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 10% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior. Até novembro de 2010, as movimentações de granel sólido e granel líquido aumentaram em comparação ao mesmo período do ano anterior, respectivamente, 24% e 7%.

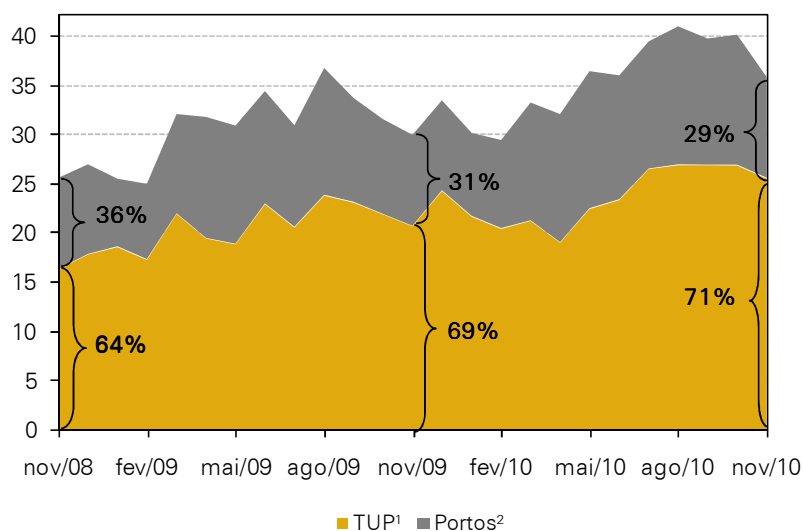
A movimentação total de cargas nos portos selecionados, em novembro de 2010, foi 11% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, até novembro, a movimentação total foi 17% superior ao mesmo período de 2009.

Movimentação nos Portos Seleccionados - por Natureza

	Granel sólido	nov-2010 /	Granel	nov-2010 /	Contêiner	nov-2010 /
	nov-2010	nov-2009	nov-2010	nov-2009	nov-2010	nov-2009
	(mil t)	(%)	(mil t)	(%)	(TEU)	(%)
Santos (SP)	2.444	-5	1.243	8	243.448	22
Paranaguá (PR)	1.944	102	117	95	46.586	-20
Vila do Conde (PA)	909	-30	184	-11	4.007	63
São Francisco do Sul (SC)	115	-42	0	-	9.665	-5
Itaqui (MA)	433	442	664	5	0	-
Rio Grande (RS)	176	23	240	59	56.577	16
Aratu (BA)	167	34	250	-15	0	-
Suaape (PE)	46	122	407	33	31.912	42
Total	6.233	15	3.104	10	392.195	13

Os terminais de uso privativo (TUPs) representaram 71% da movimentação total (25.478 mil toneladas) dos portos e terminais seleccionados, volume 24% superior a novembro de 2009. Cerca de 75% da movimentação dos TUPs refere-se a graneis sólidos. Os terminais de Ponta da Madeira e Tubarão foram responsáveis, em novembro, por 33% e 37%, respectivamente, da movimentação total dos TUPs seleccionados.

Movimentação Total de Cargas Terminais de Uso Privativo e Portos Seleccionados (milhões t)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

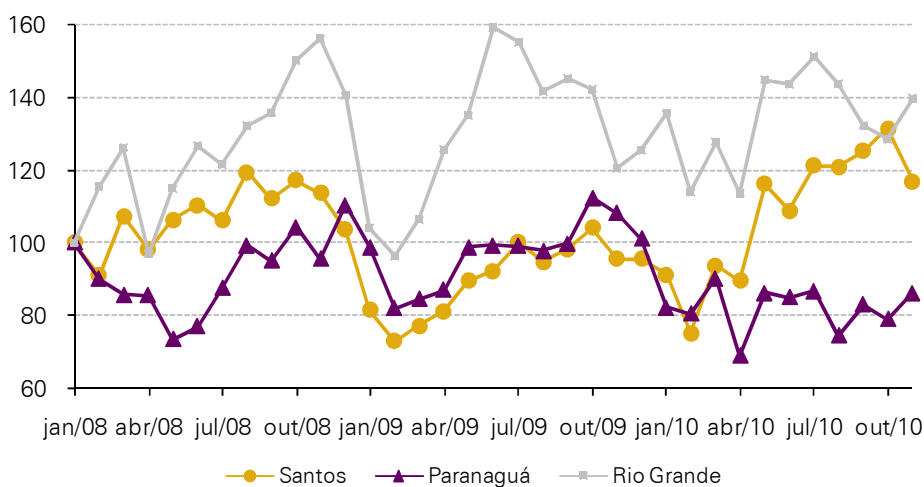
¹ Ponta de Madeira/MA, Tubarão/ES, Almirante Barroso/SP, Porto de Trombetas/PA, Manaus/AM, Madre de Deus/BA

² Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Rio Grande/RS, Itaqui/MA, Suaape/PE, São Francisco do Sul/SC, Aratu/BA,

Em novembro de 2010, a quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados do País foi de 493.812 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 16% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior e 1% inferior ao constatado em novembro de 2008.

Em novembro de 2010, o porto de Rio Grande apresentou crescimento de 40% na movimentação de contêineres em relação a janeiro de 2008. O porto de Paranaguá apresentou queda de 14% e o porto de Santos aumento de 17% na movimentação de contêiner no mesmo período.

Movimentação de Contêineres (jan/08 = base 100)



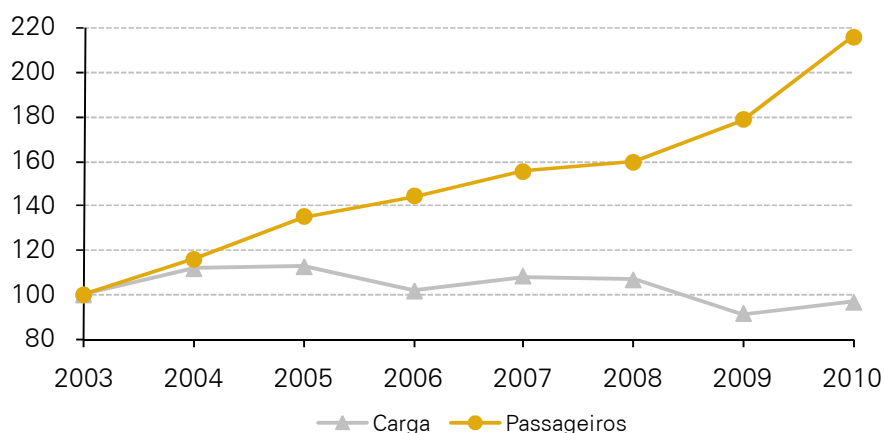
Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Em 2010, no período de janeiro a novembro, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero foi 21% superior à ocorrida no mesmo período de 2009 e mais que o dobro da ocorrida em 2003. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros, com aumento mais significativo em 2010.

Para o mesmo período, a movimentação de cargas não apresentou variações expressivas. Observa-se, em 2010, uma leve recuperação frente à crise econômica ocorrida no final de 2008. De janeiro a novembro de 2010 foram movimentadas 1.068 mil toneladas.

Movimentação de Cargas e Passageiros - janeiro a novembro de cada ano (Ano base: 2003 = 100)



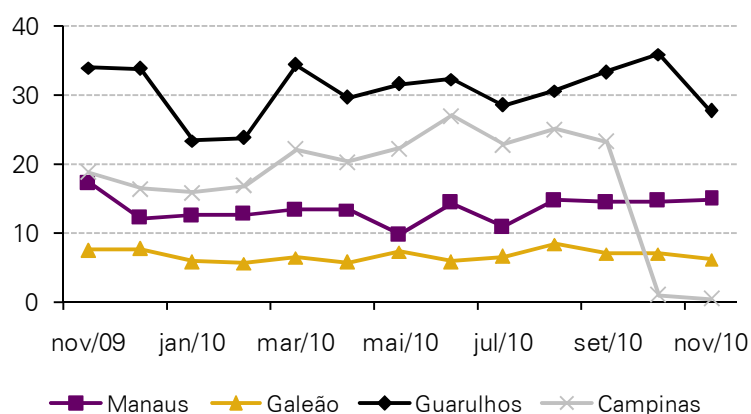
Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

Em novembro de 2010, a movimentação de carga aérea total no País foi de 74 mil toneladas, valor 34% inferior ao mesmo mês do ano passado. O aeroporto de Guarulhos representou 37% do total movimentado e teve uma queda de 19% em comparação a agosto do ano anterior.

Os dados para transporte de carga no aeroporto de Campinas para os meses de outubro e novembro de 2010 estão muito abaixo da média anual. A Infraero não havia homologado os valores até o fechamento desta edição.

Carga Aérea nos Principais Aeroportos (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

Em 2010, de janeiro a novembro, 140 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, número 21% superior ao mesmo período de 2009. Em novembro de 2010, a movimentação total de passageiros nos aeroportos gerenciados pela Infraero foi de 13.107.923, número 13% superior ao mesmo mês do ano anterior.

Desde 2003, a movimentação de passageiros vem aumentando, em média, 12% ao ano. Os voos domésticos correspondem a cerca de 90% da movimentação total.

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Nov (mil)	Variação (%)	Novembro (mil)	Variação (%)
2003	64.789	-	6.075	-
2004	74.958	16	7.210	19
2005	87.246	16	7.948	10
2006	93.281	7	8.050	1
2007	100.450	8	9.443	17
2008	103.353	3	8.918	-6
2009	115.605	12	11.564	30
2010	139.646	21	13.108	13

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a novembro de 2010, foi de 388 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 12% superior ao mesmo período de 2009. Nesse período, a produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (32%), seguida pela indústria siderúrgica (17%) e granéis minerais (16%).

O minério de ferro correspondeu a 74% do total movimentado (288 milhões de TUs) no acumulado de janeiro a novembro de 2010.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Nov

Ano	2009		2010		Variação acum-10/acum-09 (%)
	Jan-Novembro (mil TU)	(%)	Jan-Novembro (mil TU)	(%)	
Minério de Ferro	251.249	73%	287.622	74%	14%
Soja e Farelo de Soja	21.150	6%	20.132	5%	-5%
Indústria Siderúrgica	13.043	4%	15.300	4%	17%
Produção Agrícola (exceto soja)	12.903	4%	17.087	4%	32%
Carvão/Coque	9.782	3%	11.071	3%	13%
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	9.723	3%	9.034	2%	-7%
Grãos Minerais	8.138	2%	9.474	2%	16%
Indústria Cimenteira e Construção Civil	4.231	1%	4.529	1%	7%
Azubos e Fertilizantes	4.177	1%	4.549	1%	9%
Conteiner	3.815	1%	2.334	1%	-39%
Extração Vegetal e Celulose	3.549	1%	3.630	1%	2%
Cimento	3.089	1%	3.076	1%	-
Carga Geral - Não Containerizada	311	-	136	-	-56%
Total	345.161	100%	387.974	100%	12%

Fonte: ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em novembro de 2010, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 54 milhões de toneladas, montante 2% superior ao averiguado em novembro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 95%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	nov/2010	jan-nov/2010	nov-2010 / nov-2009	Acumulado do ano
Marítimo	51.355	562.482	21	16
Fluvial	866	13.823	22	91
Aéreo	112	1.238	7	6
Ferrovário	71	767	8	15
Rodoviário	1.038	10.368	2	15
Outros*	765	8.021	19	-5
Total	54.208	596.699	21	17

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em novembro de 2010, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 5.814 bilhões, valor 52% superior ao valor apertado em novembro de 2009.

Desembolso mensal BNDES

Setor	nov/09 R\$ milhão	jan-nov/2009 R\$ milhão	nov/10 R\$ milhão	Participação %	jan-nov/2010 R\$ milhão	acum-10/acum-09 %
Refino e Álcool	133	22.652	538	9	28.422	25
Energia Elétrica e Gás Natural	710	11.383	2.605	45	12.354	9
Saneamento	55	548	89	2	1.398	155
Telecomunicações	145	2.137	17	0	1.998	-6
Transporte	2.772	22.682	2.565	44	27.460	21
<i>Aéreo</i>	49	382	14	-	467	22
<i>Aquaviário</i>	75	647	84	-	1.200	86
<i>Terrestre</i>	2.647	21.653	2.468	-	25.792	19
Total Infraestrutura	3.816	59.401	5.814	100	71.632	21

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2010 foi de, aproximadamente, R\$ 1,8 trilhão. Deste valor, aproximadamente R\$ 69 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total de 2010 ou 2,2% do PIB de 2009, que totalizou R\$ 3,143 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 16,4 bilhões, ou 24% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União, foram empenhados e liquidados, até o dia 31 de dezembro, R\$ 53,4 bilhões (77% do autorizado). O pagamento realizado foi no valor de R\$ 21,5 bilhões (31% do autorizado). Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 45 bilhões. Como o ano orçamentário ainda não foi encerrado, os dados estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabela I e II)

Do montante de R\$ 16,3 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2010, R\$ 14,2 bilhões foram empenhados e liquidados (87% do orçamento), e R\$ 6,5 bilhões pagos até o dia 31 de dezembro. Os restos a pagar pagos somam R\$ 6,2 bilhões, o que resulta em um pagamento total de aproximadamente R\$ 12,8 bilhões.

Cerca de 79% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,9 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 16%) e hidroviário (apenas R\$ 330 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2010, cerca de R\$ 358 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 5,2 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 9,3 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 45,7 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2010.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 68% foram pagos até 31 de dezembro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 48% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2010, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 32,4 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, 45% foram alocados no Ministério dos Transportes (R\$ 14,7 bilhões) e 35% no Ministério das Cidades (R\$ 11,4 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou e liquidou 92% do orçamento autorizado, até 31 de dezembro. O pagamento realizado foi de R\$ 9,4 bilhões e os restos a pagar pagos somaram R\$ 12,6 bilhões, totalizando R\$ 22,1 bilhões pagos. Restam R\$ 13,1 bilhões em restos a pagar a pagar nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2010, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 95 bilhões. Foram executados investimentos no valor de R\$ 84 bilhões, equivalentes a 89% da dotação autorizada para 2010. Esse valor foi 18% superior ao desembolsado em 2009.

Em relação às estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2010 foi de R\$ 87 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 80 bilhões, o que representa 95% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentrou 84% da dotação autorizada para as estatais em 2010 e respondeu por 92% da despesa realizada, num total de R\$ 75 bilhões (execução de 94% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2010 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2010*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.646	1.221	74	1.221	74	329	20	637	966	296
MAPA	1.509	1.102	73	1.102	73	97	6	453	551	390
MCT	1.683	1.331	79	1.331	79	501	30	359	860	320
MDIC	301	69	23	69	23	26	9	15	40	55
MME	114	51	45	51	45	18	16	24	42	8
M. Transportes	16.274	14.184	87	14.184	87	6.523	40	6.237	12.760	2.938
M. Comunicações	92	50	54	50	54	5	6	31	37	7
MMA	94	52	55	52	55	16	17	38	54	3
MDA	1.004	624	62	624	62	100	10	491	591	352
M. Defesa	9.940	8.926	90	8.926	90	5.683	57	2.001	7.684	650
M. Int. Nacional	7.171	5.436	76	5.436	76	2.269	32	2.513	4.782	3.164
M. das Cidades	8.014	5.423	68	5.423	68	1.509	19	2.726	4.235	6.582
Outros**	21.397	14.894	70	14.894	70	4.435	21	7.644	12.079	10.377
Total	69.239	53.364	77	53.364	77	21.512	31	23.169	44.682	25.142

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2010 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2010*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.710	2.556	94	2.556	94	1.533	57	1.017	2.550	278
Hidroviário	330	244	74	244	74	14	4	233	247	127
Portuário	2	0	0	0	0	0	0	6	6	7
Rodoviário	12.843	11.043	86	11.043	86	4.916	38	4.961	9.878	2.471
Outros	390	341	88	341	88	60	15	20	80	56
Total	16.274	14.184	87	14.184	87	6.523	40	6.237	12.760	2.938

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2010

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2010*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	358	(3)	330	25
União	5.190	(152)	1.841	3.197

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2010*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	9.288	(468)	5.907	2.912
União	45.626	(2.353)	21.328	21.945

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2010 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2010*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.302	998	77	998	77	344	26	321	665	185
M. Planejamento	6	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	2	2	0
MCT	0	19	-	19	-	3	-	4	6	0
M. Fazenda	607	0	-	0	-	0	-	0	0	750
MEC	0	77	-	77	-	29	-	14	43	2
MME	0	1	-	1	-	1	-	0	1	0
M. Justiça	448	259	58	259	58	65	14	131	196	17
M. Saúde	867	869	100	869	100	30	3	467	497	2.118
M. Transportes	14.715	13.785	94	13.785	94	6.333	43	6.095	12.427	2.519
MMA	0	19	-	19	-	0	-	14	15	1
MDA	0	0	-	0	-	0	-	2	2	2
M. Defesa	0	484	-	484	-	169	-	280	449	117
M. Integr. Nacional	3.024	2.471	82	2.471	82	821	27	1.992	2.813	1.568
M. Cidades	11.449	10.746	94	10.746	94	1.652	14	3.314	4.967	5.787
Total	32.418	29.728	92	29.728	92	9.448	29	12.634	22.082	13.066

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2010
Estatais e Agências de Fomento

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Minas e Energia	87.425	80.021
Comunicações	640	246
Transportes ¹	0	0
Defesa	1.475	653
Outros	5.000	3.246
Total	94.542	84.165

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Produção Industrial	1.764	1.949
Mineração	2	2
Energia Elétrica	8.171	5.425
Combustíveis Minerais	67.904	62.834
Transporte Aéreo	1.432	561
Transporte Hidroviário	1.301	845
Transportes Especiais	6.114	7.091

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Indústria	1.784	1.966
Comunicações	640	244
Energia	85.848	78.291
Transporte	2.100	948

Fonte: Portaria n.º 12/2010 do MPOG.

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Grupo Eletrobrás	8.129	5.225
Grupo Petrobras	79.297	74.796
Cias DOCAS ²	488	293
Infraero	1.468	646

²Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 4 de fevereiro de 2011.